

Sarney

O diagnóstico e a terapia

Quando se dirige às brasileiras e aos brasileiros nas suas “conversas ao pé do rádio”, o presidente da República atribui a crise nacional à Constituição, e às vezes exalta o crescimento que se processa na economia informal, permitindo que o PIB chegue a 500 bilhões de dólares. Contrariamente, ao receber os estagiários da Escola Superior de Guerra, o chefe de governo tem-se esmerado em traçar para eles um quadro pessimista do Brasil, ao mesmo tempo que assinala a existência de “sólidas estruturas políticas para operar o poder democrático no momento de transição”. A mudança de enfoque conforme o público a quem o chefe de Estado se dirige não permitirá ao historiador desses dias conturbados ter exata visão de quais os fatores determinantes da crise: se a Constituição, que tornou o País ingovernável, se a debilidade do Estado, que não tem condições de prestar serviços à sociedade. Ou se, pelo contrário, a excessiva presença do Estado na vida econômica e social, a qual está empurrando a economia para a clandestinidade e fazendo que a diferença entre o PIB do otimismo presidencial e o das estatísticas se manifeste apenas (sem produzir impostos) na vitalidade do Brasil que se constrói longe dos centros urbanos.

O grave nos diagnósticos que o presidente Sarney faz é que apesar de divergentes são corretos — e é pena que s. exa. não faça o terceiro, que é o da falência do Estado determinada por seu gigantismo econômico, que pelos invios caminhos do patrimonialismo e do clientelismo conduziu as administrações direta e indireta à total ineficiência. Os números que o presidente alinhou para os estagiários da Escola Superior de Guerra são reais e im-

pressionantes: a receita líquida da União está poucos pontos percentuais acima do déficit público! Nessas condições, sem dúvida, torna-se difícil administrar e fazer o Estado prestar serviços indispensáveis à população. Isso não é tudo, porém.

Na realidade, o diagnóstico da crise do Estado brasileiro não pode resumir-se, como quer o presidente, à comparação da receita e da despesa tributárias, ou à menção à redução da capacidade de investimento público decorrente da queda da receita líquida da União. Se o chefe de Estado desejasse, teria à mão números suficientes para apontar aos estagiários da ESG a que ponto chegou a ineficiência da máquina, seja na administração direta, seja na indireta. Poderia mostrar, também, que o chamado atendimento social às populações carentes a cargo da União — merenda escolar, leite para as crianças pobres etc. — consome mais dinheiro com a burocracia do que com os assistidos pelos programas governamentais. Poderia assinalar que uma empresa como a Companhia Siderúrgica Nacional custa demais ao Tesouro Público, afora ser devedora contumaz à Fazenda fluminense. Ou assinalar — e isso é importante para a ESG saber — que a indústria automobilística possivelmente tenha de comprar no Exterior chapas de aço *made in Brazil*, porque as empresas estatais estão exportando sua produção para encontrar preço compensador no Exterior, já que o governo congelou seus preços. Teria condições de alertar os estagiários da ESG para o fato de que se delinea no horizonte uma crise energética sem solução, a curto prazo, em virtude de os investimentos no setor estarem suspensos, ou em atraso. Poderia... O chefe de governo teria condições

de dizer tudo isso, mas não poderia fazê-lo pela simples e boa razão de ter de responder a possível pergunta de um estagiário: “que foi feito desde 1985 para alterar esse estado de coisas?”

Na realidade, poucos chefes de governo terão tido consciência tão lúcida dos problemas nacionais quanto o presidente José Sarney. A prova disso está no retrato do Brasil que traça ao falar da ingovernabilidade criada pela Constituição, da importância da economia informal para assegurar uma certa funcionalidade ao sistema econômico e social, e da crise do Estado. O dramático, porém, é que também nunca houve presidente que fosse tão impermeável à idéia de passar do diagnóstico à terapia. Sabendo da gravidade da crise administrativa, o presidente criou uma secretaria (antes ministério) especial para fazer a reforma administrativa. Nada se fez. Sabendo das agruras dos setores siderúrgico e energético (afora da desorganização da maioria das estatais) nada fez para adequar o setor às necessidades do País. Pelo contrário, com três planos ditos de estabilização impediu investimentos na medida em que congelou tarifas. No setor energético, a mesma falta total não de capacidade de diagnosticar, mas de agir.

Também por isso o Estado brasileiro está em crise: porque no Executivo e no Congresso não há vontade política de sanar os males que também são diagnosticados. Esse aspecto da questão deve ser bem entendido pelos estagiários da ESG para que não imaginem que a sociedade brasileira, apenas ela, é responsável pela crise de Estado.